

O PROCESSO DE DESPECUARIZAÇÃO ESPACIAL
EM URUGUAIANA-RS

*Cesar de David

**Meri Lourdes Bezzi

INTRODUÇÃO

A produção agrícola do Rio Grande do Sul está estruturada em três segmentos: agropecuária colonial, pecuária tradicional e lavoura empresarial. Neste trabalho, destacaram-se os dois últimos segmentos, uma vez que o desenvolvimento agrícola gaúcho se processa sob a liderança da lavoura empresarial.

Salienta-se que esse desenvolvimento se realiza com a assimilação de terras utilizadas pela pecuária tradicional, uma vez que a fronteira agrícola do Rio Grande do Sul se esgotou, em termos de apropriação, a partir de 1940 (FEE, 1978).

Segundo BEZZI (1985:02), podemos conceituar Despe-
cuarização Espacial como:

"... a cessão de terras por parte do latifúndio pastoril à lavoura empresarial mecanizada sob a forma predominantemente temporária, concretizada na parceria ou arrendamento."

Desse modo, a terra é usada intensivamente a fim de aumentar a produtividade do setor através do emprego de maquinarias e insumos modernos.

Assim, segundo a FEE (1978:88), considera-se lavoura empresarial:

* Licenciado em Geografia e aluno do Curso de Pós-Graduação - Especialização. UFSM (Santa Maria/RS).

** Orientadora=Departamento de Geociências. UFSM (Santa Maria/RS).

"... aquele segmento produtivo que, pautado por relações capitalistas de produção, isto é, com separação dos meios de produção do trabalhador, visa à contínua valorização do capital para dar prosseguimento ao processo de acumulação, mediante a ampliação dos recursos técnicos (máquinas, implementos, fertilizantes, etc.) e do emprego de força de trabalho permanente e temporária, usando para a efetividade desta combinação terra própria ou arrendada."

Ainda, segundo a FEE (1975:87):

"... o pagamento do arrendamento divide o excedente econômico do empresário rural, e, em vista disso, para obter pelo menos a taxa de lucro médio do setor, ele será compelido a utilizar a terra intensivamente. Para obtê-la há necessidade de aumento de produtividade, o qual tem origem no emprego de tecnologia mecânica, química e biológica."

Com o avanço da lavoura empresarial sobre áreas destinadas à pecuária, esta apresentou duas formas de articulação econômica. A primeira, através do próprio lucro adquirido pelo setor, e a segunda, através da renda da terra manifestada pela cessão do seu uso à lavoura empresarial.

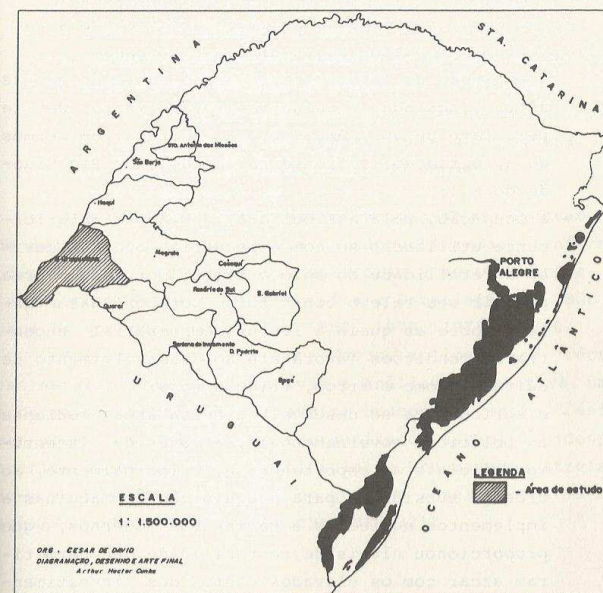
A região de domínio quase que absoluto da pecuária tradicional, que atualmente passa por um processo de reorganização espacial, corresponde à região oeste do Estado.

A área de estudo corresponde ao município de Uruguaiana, o qual compõe, juntamente com os municípios de Alegrete, Bagé, Cacequi, Dom Pedrito, Itaqui, Quaraí, Rosário do Sul, Santana do Livramento, Santo Antônio das Missões, São Borja e São Gabriel, a Microrregião da Campanha. (MRH 321 - IBGE) (Figura 1)

Esta pesquisa foi realizada a partir da coleta de dados referentes ao período de 1940 a 1980. A escolha desse intervalo de tempo está respaldada na disponibilidade de dados censitários, além de compreender, em um intervalo de 40 anos, a origem e as transformações na organização espacial do meio rural de Uruguaiana.

A preocupação central deste trabalho refere-se ao processo de despecuarização espacial, que vem provocando a reorganização do uso da terra, através da expansão da

FIGURA 1 - POSIÇÃO DO MUNICÍPIO DE URUGUAIANA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E NA MRH CAMPANHA.



lavoura empresarial, na MRH 321 - Campanha e particularmente em Uruguaiiana, uma região conhecida em todo o Estado e até mesmo no país como área tradicional de pecuária.

Desse modo, pretende-se avaliar como prováveis causas do problema proposto, as seguintes hipóteses:

- a expansão da lavoura empresarial sobre as terras antes vinculadas à pecuária provavelmente deu-se pelo fato de que, em 1940, se esgotava, em termos de apropriação, a fronteira agrícola do Rio Grande do Sul;
- a ocupação, pela agricultura, das áreas anteriormente utilizadas só com a pecuária, ocorreu devido à fertilidade do solo e também por essa área possuir seu relevo constituído por coxilhas e várzeas sobre as quais a lavoura empresarial encontraria condições favoráveis ao desenvolvimento de culturas como o arroz, trigo e soja;
- a agricultura se desenvolveu nessa área mediante as políticas governamentais, através de incentivos oficiais às exportações e, principalmente, ao crédito subsidiado para a aquisição de máquinas e implementos agrícolas e de insumos modernos, o que proporcionou níveis de rentabilidade que permitiram arcar com os elevados custos dos investimentos;
- o chamado "milagre brasileiro" entre 1970/1975, com o cultivo do binômio trigo/soja, o qual fez com que muitos pecuaristas tradicionais, impulsionados pelos lucros desse cultivo, passassem a ocupar parte de suas terras com a agricultura, reduzindo, dessa forma, a área ocupada com a pecuária, embora essa também sofresse um processo de desenvolvimento através das pastagens cultivadas, melhoramento das raças e outras alternativas.

Neste trabalho, os objetivos fundamentais enfocados são:

- identificar o marco temporal, a partir do qual, o processo de despecuarização se inicia no municí-

pio;

- estabelecer o grau de relação existente entre o processo de despecuarização e a presença da pecuária e da lavoura empresarial;
- avaliar o papel da pecuária e da agricultura na organização do espaço gaúcho;
- identificar os elementos propulsores no processo de substituição da pecuária pela agricultura, do ponto de vista da ocupação do espaço.

A metodologia empregada relaciona-se ao levantamento de dados de fonte secundária, sendo utilizadas informações dos censos econômicos, agrícolas e agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - para os anos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1975 e 1980.

Após o levantamento dos dados, aplicaram-se técnicas estatísticas quantitativas e análise qualitativa, umas e outra referentes às variáveis; buscou-se, assim, enfatizar a estruturação de uma reorganização espacial (despecuarização espacial) no município de Uruguaiiana, atrelando-a ao rearranjo espacial no qual se insere, numa macroescala, toda a Campanha Gaúcha (MRH 321).

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DA ÁREA EM ESTUDO

O município de Uruguaiiana, área estudada neste trabalho, reflete, em sua organização espacial, as bases físicas que contribuíram para a estruturação do espaço geográfico, tal como ele se apresenta hoje.

Quanto ao relevo, predomina as formas arredondadas e baixas denominadas "coxilhas".

Segundo MÜLLER FILHO (1970:10), "coxilhas" podem ser entendidas como:

"... colinas de vertentes suaves, de perfil em geral muito alongado, que se unem por depressões amplas sem ruptura brusca de declive em relação às colinas vizinhas..."

Salienta-se que as formas de relevo que se manifes-

tam na região estão inseridas na unidade geomorfológica denominada Cuesta de Haedo.

A origem da Cuesta de Haedo e do Planalto Meridional está ligada ao intenso tectonismo que provocou, no Sul do Brasil, grandes derrames de lavas basálticas durante a era Mesozóica.

Segundo MOREIRA & COSTA (1982:18):

"Os derrames de lavas representam a maior atividade vulcânica que se conhece no globo. Eles estenderam-se por uma vasta área da bacia Platina, desde o Uruguai até o sul de Goiás. Cerca de um milhão de quilômetros quadrados foram cobertos pelas lavas, oriundas, presume-se, não de vulcões como os que hoje conhecemos, mas sim de grandes fendas abertas na crosta, chamadas geoclasses."

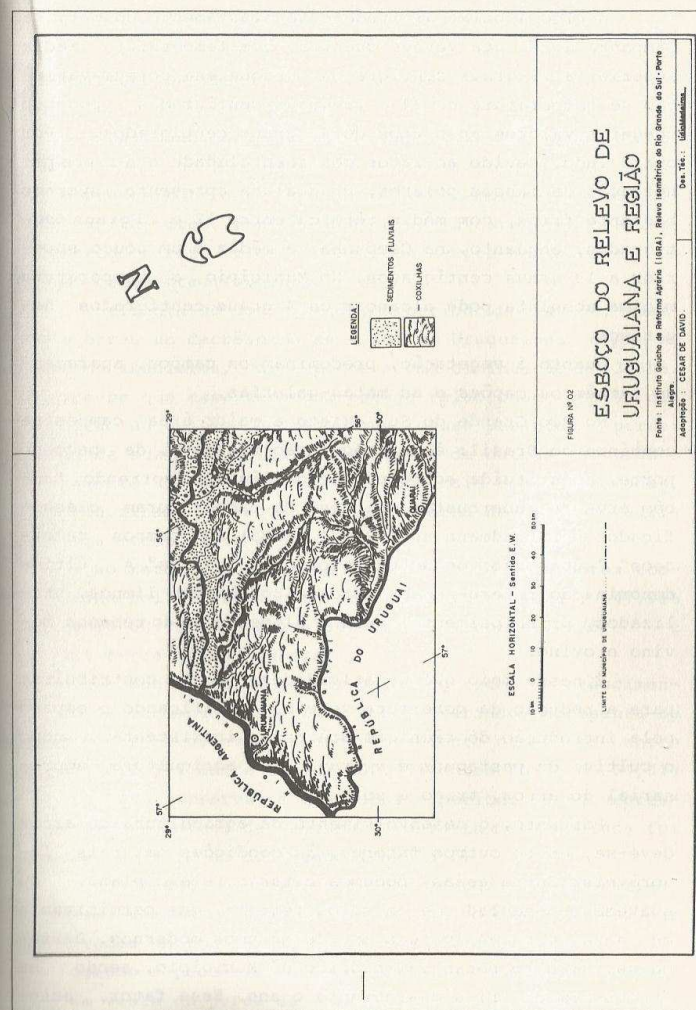
Os derrames basálticos estenderam-se sobre as áreas atualmente de planícies, originando, no extremo oeste, a zona dos melhores campos do Estado (MOREIRA & COSTA, 1982), responsável pelo predomínio do setor primário nessa área (agricultura e pecuária).

Em meio a essa paisagem, a bacia do rio Uruguai caracteriza a hidrografia do município. Esse rio recebe afluentes de grande importância para a irrigação do arroz, como nos rios Quaraí, Ibirocaí, Ibicuí. Destaca-se, também, a presença de arroios menores como Caiboatê, Capivari, Vertentes e Ipané, entre outros. (Figura 2)

Os rios da bacia do Uruguai apresentam um período de vazão máxima, em geral na primavera, mas, nos meses de janeiro a março, os valores pluviométricos ainda podem ser elevados. Entretanto, nos períodos de baixa precipitação, o nível do rio Uruguai fica muito abaixo do normal, e o rio Quaraí pode, eventualmente, até secar. (VIEIRA, 1984)

Nos períodos de maior precipitação, devido ao amplo leito, o rio Uruguai pode transbordar, acarretando prejuízos à agricultura e transtornos às populações ribeirinhas.

O clima do município é do tipo mesotérmico ou subtropical, sem ocorrência de mês seco. Segundo a classificação climática de Koppen, corresponde ao tipo "Mesotérmico Brando", como o verificado em toda a região da Campa-



nha (MOREIRA & SANTOS, 1982).

Devido à baixa altitude e ao afastamento do mar, a Campanha apresenta verões quentes, com temperatura média superior a 23 graus centígrados. Uruguaiana possui variação de temperatura de 24 a 28 graus centígrados, podendo chegar a valores absolutos de 42 graus centígrados. Por outro lado, devido ao fator continentalidade e à livre penetração de massas polares, Uruguaiana apresenta invernos bastante frios, com média térmica entre 12 e 13 graus centígrados, enquanto, na Campanha, a média é um pouco superior a 13 graus centígrados. No Município, a temperatura mínima absoluta pode alcançar os 4 graus centígrados negativos.

Quanto à vegetação, predominam os campos, aparecendo também os capões e as matas-galerias.

No Rio Grande do Sul existe a maior área campestre contínua do Brasil: é uma vegetação rasteira, de pequeno porte, constituída sobretudo de gramíneas, ocorrendo, também ervas e subarbustos maiores. Os campos foram classificados por Lindmann apud BEZZI (1985) em "campos paleáceos", "subarbustivos" e "gramados ou poteiros". A última denominação refere-se aos verdadeiros campos limpos, utilizados, principalmente, para a alimentação do rebanho bovino e ovino.

É nesse meio que as atividades humanas contribuíram para a redução da cobertura vegetal, modificando o espaço pela introdução de técnicas até então inexistentes, como o cultivo de pastagens e a prática da agricultura empresarial do arroz, trigo e soja.

Portanto, o desenvolvimento da agricultura do arroz deve-se, entre outros fatores, às condições naturais favoráveis. Entre essas, podemos citar o relevo plano, ou suavemente ondulado, e os solos férteis, que permitiram a mecanização intensiva e o uso de insumos modernos. Destaca-se também o potencial hídrico do Município, sendo as chuvas bem distribuídas durante o ano. Esse fator, associado à abundância de rios e arroios, favoreceu a irrigação do arroz, aumentando a produção e a produtividade da

lavoura.

ORGANIZAÇÃO DA TERRA

Analisando-se a evolução das áreas de lavouras de 1940 a 1980, no Rio Grande do Sul e em Uruguaiana, nota-se a predominância de uma agricultura empresarial em moldes capitalistas, manifestada pelas lavouras temporárias, sobretudo arroz, trigo e soja, que sempre mantiveram um ritmo crescente. (Tabelas 1 e 2)

Salienta-se uma exceção, no período de 1940/50, quando ocorreu um decréscimo de 4,80% em Uruguaiana, o que, em números absolutos, corresponde a uma diminuição de 383ha. Infere-se que esse fenômeno esteja relacionado com a diminuição do cultivo do milho que, nesse período, perdeu parte de sua área cultivada em favor de outras culturas e do aumento das pastagens, tanto naturais como plantadas, que reduziram, conseqüentemente, a área destinada à agricultura (temporária e permanente).

No Estado, o ritmo de crescimento das lavouras temporárias foi sempre positivo: 61,81% entre 40/50; 47,91% entre 50/60; 36,09% entre 60/70; 19,94 entre 70/75 e 13,16% entre 75/80. (Tabela 1)

No Município, a partir de 50, o ritmo de crescimento desse segmento produtivo, embora variado, apresenta-se sempre positivo, evidenciando um aumento de 32,51% entre 50/60; 111,87% entre 60/70; 100,95% entre 70/75 e 70,01% entre 75/80. Observa-se que, após o período 50/60, o crescimento percentual da lavoura temporária em Uruguaiana foi sempre superior ao do Estado. (Tabela 2)

Associado ao crescimento das lavouras temporárias, nota-se, também, o aumento significativo das pastagens cultivadas em todo o Estado, principalmente a partir de 70, quando a pecuária teve necessidade de melhorar os pastos em vista da perda da área para a lavoura empresarial.

Quanto ao desempenho da lavoura permanente, tanto no Rio Grande do Sul como em Uruguaiana, nota-se que, entre

TABELA 1.- Organização da terra - Estado do Rio Grande do Sul - 1940-80 (em ha e %).

Ano	Lavouras (ha)		Lavouras (%)		Pastagens (ha)		Pastagens (%)		Matas (ha)		Matas (%)		Área de terras irrigadas	
	Perm.	Temp.	Perm.	Temp.	Nat.	Plant.	Nat.	Plant.	Nat.	Plant.	Nat.	Plant.	Plant.	ri-gadas (ha)
1940	228 518	1 471 913	1,27	8,17	1 184 613	*1	78,70	*1	2 139 273	*2	11,86	*2	-	-
1950	120 993	2 381 698	0,62	12,28	14 352 549	263 628	74,02	1,37	2 097 954	172 848	10,82	0,89	-	-
1960	186 971	3 522 810	0,96	18,02	13 178 558	361 316	67,43	1,85	2 060 637	234 512	10,54	1,20	265 556	7,54
1970	180 763	4 794 410	0,84	22,22	14 077 981	557 005	65,23	2,58	1 725 837	245 764	8,00	1,14	407 496	8,50
1975	178 896	5 750 594	0,83	26,56	13 061 024	711 864	60,32	3,29	1 602 865	345 999	7,40	1,60	475 738	8,27
1980	175 325	6 507 288	0,79	29,49	12 241 472	1 060 843	55,48	4,81	1 618 556	461 679	7,34	2,09	631 699	9,71

Fonte: FIBGE. Censos Econômicos de 1940 e 1950, Censo Agrícola de 1960 e Censos Agropecuários de 1970, 1975 e 1980.

*1 = incluídas pastagens naturais e plantadas.

*2 = incluídas matas naturais e plantadas.

- = dados inexistentes.

TABELA 2 - Organização da terra - Uruguaiiana - 1940-80 (em ha e %).

Ano	Lavouras (ha)		Lavouras (%)		Pastagens (ha)		Pastagens (%)		Matas (ha)		Matas (%)		Área de terras irrigadas	
	Perm.	Temp.	Perm.	Temp.	Nat.	Plant.	Nat.	Plant.	Nat.	Plant.	Nat.	Plant.	Plant.	ri-gadas (ha)
1940	2 016	7 984	0,42	1,65	459 004	*1	95,04	*1	13 969	*2	2,89	*2	-	-
1950	536	7 601	0,08	1,18	608 921	8 329	94,29	1,29	18 184	2 194	2,82	0,34	-	-
1960	3 756	10 072	0,96	2,59	339 049	6 211	37,18	1,60	25 492	4 342	6,55	1,12	25 600	6,58
1970	710	21 340	0,11	3,39	574 921	12 808	91,23	2,03	17 601	2 781	2,79	0,44	19 252	3,05
1975	495	42 884	0,08	6,89	548 988	9 757	38,26	1,57	15 208	4 678	2,44	0,75	33 049	5,31
1980	416	72 907	0,07	12,12	485 315	22 673	30,66	3,77	16 983	3 369	2,82	0,56	60 593	10,07

Fonte: FIBGE. Censos Econômicos de 1940 e 1950, Censo Agrícola de 1960 e Censos Agropecuários de 1970, 1975 e 1980.

*1 = incluídas pastagens naturais e plantadas.

*2 = incluídas matas naturais e plantadas.

- = dados inexistentes.

50/60, esse segmento produtivo apresentou um grande crescimento em sua área plantada, pois, nesse período, a lavoura empresarial ainda não havia conquistado definitivamente as áreas propícias a sua expansão. Isso ocorreu posteriormente, acarretando decréscimos sucessivos no aproveitamento de áreas para a lavoura permanente.

A lavoura permanente, representada, em Uruguiana, principalmente pelas frutas - laranja, pêssego e limão - apresenta decréscimos, na sua área cultivada, da ordem de 81,10% entre 60/70 e 41,41% entre 70/80. Entretanto, no Estado, esse decréscimo foi menor 3,32% entre 60/70 e 3,01% entre 70/80. (Tabelas 1 e 2)

Com a função de poupar divisas, através da substituição das importações, e gerar capital para o setor urbano industrial, surge, no Estado, a lavoura empresarial.

Esse segmento tem, sob seu domínio, três produtos principais: o arroz, o trigo e a soja. O arroz e o trigo, com o objetivo de atender ao mercado interno, via manutenção da força de trabalho, além de poupar divisas; e a soja, destinada ao mercado externo, a fim de gerar capital necessário à industrialização.

Dessa forma, a lavoura empresarial se revestiu de grande importância para a economia do Rio Grande do Sul, o que contribuiu para sua fixação nas áreas agrícolas tradicionais, além do seu desenvolvimento em áreas antes pecuaristas por excelência, através do arrendamento.

Essa incorporação de terras da pecuária tradicional pela lavoura empresarial forçou a modernização do plantel bovino através do melhoramento das pastagens, vacinação e inseminação artificial, a fim de manter a produção do rebanho em condições satisfatórias de retorno ao pecuarista.

Analisando-se o desempenho da lavoura de arroz, nota-se que a produtividade física cresce no decorrer dos períodos analisados. Cabe salientar, também que a produtividade uruguaiana é sempre superior à produtividade da lavoura estadual. (Tabela 3)

Quanto à produção do arroz, seu aumento é constante, observando-se: 551% entre 40/50; 39,85% entre 50/60; 117,96% entre 60/70 e 230,44% entre 70/80. Nota-se que o

TABELA 3 - Área, quantidade produzida e produtividade física das lavouras de arroz, trigo, soja, milho e alpim - Uruguiana - 1940-80.

Produto	Ano					
	1940	1950	1960	1970	1980	
Arroz	t	2 902	18 892	26 421	73 440	138 981
	ha	-	5 015	8 833	17 788	34 060
	pf	-	3,77	2,99	4,13	4,08
Trigo	t	103	153	4 297	1 374	2 316
	ha	-	327	4 651	1 276	2 517
	pf	-	0,47	0,92	1,08	0,92
Soja	t	-	não possui	não possui	37	2 258
	ha	-	não possui	não possui	64	2 226
	pf	-	-	-	0,58	1,01
Milho	t	2 393	223	581	226	89
	ha	-	364	337	305	71
	pf	-	0,61	1,72	0,74	1,25
Alpim	t	165	29	394	38	50
	ha	-	4	53	8	5
	pf	-	7,25	7,43	4,75	10,00

FONTE: FIBGE, Censos Econômicos de 1940 e 1950, Censo Agrícola de 1960 e Censos Agropecuários de 1970, 1975 e 1980.

- = dados inexistentes

t = quantidade produzida (tonelada)

ha = área (hectares)

pf = produtividade física (t/ha).

ritmo de crescimento da área cultivada é menor que o da produção, principalmente após 1960. Esse fato comprova que o aumento da produtividade física está diretamente ligado ao emprego de tecnologia moderna. (Tabela 3)

No Estado, o período de maior expansão da rizicultura coincide com o do Município, ou seja, entre 40/50, quando a produção aumenta 91,52%. Posteriormente, seu crescimento continua: 51,23% entre 50/60; 62,74% entre 60/70 e 55,50% entre 70/80. Nota-se que o crescimento da rizicultura estadual é bem menor que o verificado em Uruguaiana. (Tabelas 3 e 4)

Sobre a rizicultura em Uruguaiana, é a partir de 1937, segundo BARZONI (Lavoura Arrozreira, 1988:03), que o arroz é introduzido no Município. Entretanto, foi com a implantação da Colônia Rizícola fundada pelo Instituto Rio-Grandense do Arroz, em 1943, que a orizicultura se firma no município e adquire grande importância econômica, aumentando sucessivamente sua área cultivada, produção e produtividade física, fazendo de Uruguaiana um dos maiores produtores de arroz do Estado e do Brasil.

Outro fator decisivo para o fortalecimento da lavoura empresarial no Município foi uma modificação na estrutura do uso da terra, pois é nessa fase que começa a se estruturar um novo arranjo espacial, ou seja, espaços essencialmente utilizados na pecuária são "liberados" e oferecidos para propiciar o arrendamento e a parceria. Assim, essas áreas começam a ser atrativas para os arrendatários, provenientes, principalmente, das regiões coloniais de tradição essencialmente agrícola. Por serem detentores de um certo capital, obtiveram facilidades junto aos setores de crédito dos bancos e utilizaram-se maciçamente da tecnologia embasada no uso de tratores, fertilizantes, insumos e mão-de-obra temporária.

A expansão da rizicultura na Campanha Gaúcha deve-se, segundo BEZZI (1985:68), a três fatores:

- não haver concorrência externa;
- suprir, juntamente com outras áreas do país, as necessidades nacionais;

Tabela 4 - Área, quantidade produzida e produtividade física das lavouras de arroz, trigo, soja, milho e alpim - Rio Grande do Sul - 1940-80.

Produto	1940		1950		1960		1970		1975		1980	
	t	ha	t	ha	t	ha	t	ha	t	ha	t	ha
Arroz	t	293 518	562 143	850 120	1 383 516	1 876 215	2 249 425					
	ha	-	254 048	366 568	451 261	543 480	662 162					
	pf	-	2,21	2,32	3,07	3,45	3,40					
Trigo	t	75 874	253 934	381 759	1 599 067	1 120 144	934 626					
	ha	-	371 816	772 114	1 672 351	1 592 726	1 283 417					
	pf	-	0,68	0,49	0,96	0,70	0,73					
Soja	t	-	44 551	209 445	1 285 149	4 419 465	5 103 538					
	ha	-	-	280 898	1 600 131	3 195 977	3 763 073					
	pf	-	-	0,75	0,81	1,38	1,36					
Milho	t	950 128	1 112 047	1 709 867	2 230 302	2 155 592	2 435 320					
	ha	-	927 232	1 400 297	1 870 469	1 592 300	1 557 904					
	pf	-	1,20	1,22	1,19	1,35	1,56					
Alpim	t	1 057 692	1 909 497	3 107 600	2 392 448	1 235 053	1 285 516					
	ha	-	158 173	328 002	251 945	126 448	111 642					
	pf	-	12,07	9,47	9,49	9,76	11,51					

FONTE: FIBGE. Censos Econômicos de 1940 e 1950, Censo Agrícola de 1960 e Censos Agropecuários de 1970, 1975 e 1980.

- = dados inexistentes

t = quantidade produzida (tonelada)

ha = área (hectares)

pf = produtividade física (t/ha).

- utilizar, quase inteiramente, a mecanização provinda do exterior, o que, indiretamente, significava uma cooperação da lavoura rizícola com a industrialização estrangeira.

Discorrendo sobre as transformações causadas pela rizicultura no meio rural do Rio Grande do Sul, PEBAYLE (1971:05) salienta que:

"... o cultivo do arroz introduziu, sobretudo no meio rural tradicional do Rio Grande do Sul, três novidades fundamentais: os progressos da mecanização, o uso maciço de crédito bancário e a irrigação."

O arrendamento das médias e grandes propriedades, onde é praticada a cultura do arroz, favoreceu a melhoria tecnológica da lavoura, pois a produção intensificada garante as perdas decorrentes da cessão dos lucros ao proprietário, que, por sua vez, usufrui das restevias como alimento para o gado.

A lavoura rizícola também foi responsável pela introdução da mecanização no Rio Grande do Sul. Entretanto, é com a lavoura do trigo que a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas atinge maior dinamização.

A contribuição da rizicultura na modernização agrícola do Estado pode ser verificada pela relação quantidade de hectares/trator, que diminuiu, de 160ha para um trator em 1950, para 31ha em 1975. Esse crescimento de mecanização por área também se verificou com os outros equipamentos agrícolas, como arados e colheitadeiras, que propiciaram o aumento da produtividade e a consequente expansão das culturas temporárias. (Tabela 5)

O trigo, outro produto de destaque na agricultura empresarial, teve um grande impulso na área cultivada e na produção no período de 1940/50, devido aos incentivos governamentais que proporcionaram a ascensão da triticultura no Estado e no Município.

Nesse período, o ritmo de crescimento da produção foi de 234,68% no Estado e de 48,54% no Município. Esse fato se deve ao padrão econômico baseado na produção de bens de consumo não-duráveis, que vigorou entre 1939 e

TABELA 5 - Mecanização da lavoura de arroz no Rio Grande do Sul - 1948-75.

Ano	Área cultivada com arroz - ha - (1)	Número de tratores (2)	Hectares por trator
1940	209 437	1 021	205
1950	241 626	1.507	160
1960	336 693	6 291	54
1970	420 438	8 891	47
1975	468 585	14 963	31

FONTE: FEE - Fundação de Economia e Estatística. "A agricultura do Rio Grande do Sul", in: 25 anos de economia gaúcha. Porto Alegre, v.3, 1977, p.60.

(1) FEE (dados de 1948-75).

(2) Anuário Estatístico do Arroz; safra 1972/1976. Porto Alegre, IRGA, 1974/77.

(2) Anuário Estatístico do Arroz; safra 1948/1976. Porto Alegre, IRGA, 1950/77.

nômico agroexportador (1968/80), a triticultura apoiada na soja, formando um binômio, volta a ter um desempenho favorável no Estado, apresentando um crescimento de produção na ordem de 318,88%, na década de 60/70, motivado pelo apoio governamental à lavoura capitalista. (Tabela 4)

Entre as medidas que favoreceram a cultura do trigo, destaca-se a isenção do imposto industrial, a redução das taxas de juros e o aumento dos prazos de financiamento para a aquisição de máquinas e implementos agrícolas, assim como o incentivo na aplicação de insumos modernos. (BEZZI, 1985)

Apesar disso, a produção do trigo em nível municipal ainda sofreu as conseqüências do padrão econômico anterior, decrescendo 60,02% entre 60/70. Esse quadro alterou-se entre 70/75, quando a produção cresceu 68,56% motivada pela combinação com a soja (binômio trigo/soja) e alicerçado, no novo arranjo espacial estruturado em Uruguaiana.

A partir da década de 70 no Estado, e 75 no Município, a lavoura tritícola sofreu com o avanço da soja, decrescendo tanto em área como em produção.

Quanto à lavoura da soja, ela surge no Estado por volta dos anos 50 como produto exclusivo da agricultura colonial, sendo utilizada para alimentação humana e, também, como complemento nas rações para os suínos e do gado leiteiro.

Durante o padrão econômico centrado na produção de bens duráveis (1956-68), a soja já se destaca como matéria-prima na indústria de óleos vegetais. Por essa, não sofre a crise agrícola, como foi o caso do arroz e, mais intensamente, do trigo.

Esse fato pode ser comprovado pelo crescimento dessa cultura, que atingiu 370% entre 50/60. Nesse período, a soja permanece, em Uruguaiana, apenas como cultura de subsistência e assim se mantém até fins da década de 70, quando a expansão da cultura se processa em todo o Estado. (Tabelas 3 e 4)

A partir de 68, com o modelo agroexportador, a produção de soja no Município recebe um grande impulso, de-

1956, período em que o Estado contribuía com a manutenção e reprodução da força de trabalho. (Tabelas 3 e 4)

Entretanto, devido aos entraves da Campanha à agricultura, principalmente por parte da pecuária, o apogeu da triticultura, em Uruguaiana se deu mais tardiamente, entre 50/60, quando o crescimento da produção atingiu 2708,50%. (Tabela 3)

Durante a vigência do modelo econômico pautado na produção de bens de consumo não-duráveis (1939-56), o governo adotou medidas de incentivo à produção nacional, a fim de garantir a oferta do produto no mercado interno, uma vez que o trigo provinha, em grande parte, do exterior, comprometendo, dessa forma, o balanço de pagamentos. Com isso, o governo garantiria a acumulação de capital para a industrialização, além de adquirir autonomia em relação à oferta externa.

No modelo econômico seguinte (1956-68), baseado na produção de bens de consumo duráveis, a triticultura sofreu um retrocesso, pois, em virtude de modificações na política cambial, houve dificuldades para a aquisição de equipamentos agrícolas, devido ao custo das importações, prejudicando-se, assim, a mecanização da agricultura.

Sobre a crise da triticultura, BEZZI (1985:73) salienta que:

"A inflação e a política cambial afetam mais acerbamente a lavoura do trigo. Isto ocorre por estes fatores influírem negativamente, ou seja, a inflação prejudica particularmente a triticultura por elevar o preço do grão nacional em relação ao estrangeiro, e a política cambial repercute de maneira desfavorável sobre toda a lavoura empresarial, por dificultar as reposições e as ampliações do capital produtivo."

Associados a esses fatores, os acordos de importação do Trigo Americano (1955) prejudicaram a produção nacional, uma vez que os Estados Unidos garantiram preços especiais e prazo de financiamento às importações brasileiras, estabelecendo uma concorrência desvantajosa para o trigo nacional. (FEE, 1978)

Em fins da década de 60, em virtude do modelo eco-

vido à necessidade de gerar divisas através da exportação. Observa-se que, entre 60/70, a soja apresenta um crescimento, na produção, de 518% e, na área, de 470%. (Tabela 3)

No Estado, entre 70/75, o ritmo de crescimento foi de 241,23%, na produção, e 99,73%, na área; no Município, foi de 6002,70%, na produção, e 3378,12%, na área. Nota-se que que é no quinquênio 70/75 que se verifica a maior produtividade física dos períodos analisados, apresentando 1,38t/ha, no Estado, e 1,01t/ha, no Município. (Tabelas 3 e 4)

O grande desenvolvimento da soja após 68 foi causado pelos incentivos governamentais, principalmente fiscais e financeiros, pois o Estado deveria promover a geração de divisas através da exportação desse produto, para intensificar a industrialização nacional e a importação de bens de consumo duráveis.

Devido ao consorciamento com o trigo, formando o binômio trigo-soja, essa atividade tornou-se vantajosa para os agricultores, pois ofereceu a possibilidade de duas colheitas por ano, uma no inverno (trigo) e outra no verão (soja), alternando-se, sazonalmente, sobre o mesmo espaço físico.

O sucesso dessa cultura no meio rural rio-grandense deve-se, ainda aos altos preços do mercado externo, que beneficiaram a exportação; aos sistemas cooperativos de comercialização e difusão de técnicas; ao mercado consumidor externo assegurado e, também, ao processo de industrialização que se desenvolve no país, onde a soja aparece como importante matéria-prima para a indústria alimentícia.

Convém ressaltar que, nas áreas coloniais do Rio Grande do Sul, desenvolveu-se, primeiramente, uma agricultura policultora, de subsistência, que garantia a sobrevivência do agricultor e de sua família. Somente o excedente dessa produção era comercializado.

Pois, conforme a FEE (1978:15):

"Este segmento produtivo rio-grandense, no entanto, não se caracteriza por praticar somente culturas de subsistência, pois nele encontra-se

acoplado um predomínio forte - a sua inclinação para o mercado."

Os produtos cultivados nesse segmento agrícola são, principalmente, o milho, feijão, trigo, aipim, entre outros, além de uma pecuária leiteira e suinocultura.

Segundo a FEE (1978:95):

"... a formação do valor de produção é denominada, ..., pela agropecuária colonial que somente em 1973 cede a hegemonia para a lavoura empresarial."

Salienta-se que a agricultura colonial, por não destinar-se fundamentalmente ao lucro, e sim à subsistência, manteve-se estável durante o período em análise. Deve-se enfatizar que, em Uruguaiana, a presença do milho, principalmente, é importante como ração alimentar ao plantel bovino.

O milho, assim como os demais produtos da agricultura colonial, não foi tão afetado quanto a lavoura empresarial pela mudança do modelo econômico, devido ao fato de o produto inserir-se numa policultura, possuindo, durante o padrão baseado na produção de bens não-duráveis (1939-56), garantia de mercado, uma vez que um dos objetivos do padrão era a expansão do emprego urbano-industrial. (BEZZI, 1985)

A partir de 1968, com a mudança para o padrão agro-exportador, esse quadro se altera, ocorrendo decréscimos expressivos na área plantada e na produção desses produtos. A produção do milho decresce 3,35%, enquanto a do aipim decai em 48,38% entre 70/75, no Estado. No Município, a produção do milho decresce 61,10% entre 60/70, 60,62% entre 70/75 e 11,24% entre 75/80. Quanto ao aipim, sua produção decresce 90,35% entre 60/70 e, a partir desse período, a produção volta a se estabilizar devido à racionalização que acontece na pecuária, onde esse produto é utilizado como complemento alimentar aos animais. (Tabelas 3 e 4)

Analisando-se a área de pastagens, nota-se que, tanto no Estado quanto no Município, predominam as naturais, pois, apesar de apresentar um ritmo decrescente, esse seg-

mento mantém uma participação acentuada, com altos índices de área ocupada: 55,48% para o Estado e 80,66% para o Município, na década de 80. Com esse alto índice, Uruguaiana se destaca como município pecuarista no cenário econômico do Estado. (Tabelas 1 e 2)

Entretanto, no decorrer do período, analisando-se as pastagens naturais, verifica-se que elas vêm apresentando decréscimos quanto à área ocupada, em virtude do avanço das pastagens cultivadas e, também, da lavoura empresarial. Salienta-se que esse fato ocorre tanto no Estado como no Município. (Tabelas 3 e 4)

As pastagens cultivadas desenvolvem-se no Estado sempre em ritmos crescentes: 37,05% entre 50/60; 54,16% entre 60/70; 27,80% entre 70/75 e 49,02% entre 75/80. (Tabela 1)

No Município, o ritmo apresentou-se alterado, ou seja, ora com avanços ora com declínios: -25,43% entre 50/60; 106,21% entre 60/70; -23,82% entre 70/75 e 132,38% entre 75/80. Inferre-se que o desempenho das pastagens cultivadas esteja ligado ao desempenho geral da pecuária, pois as pastagens naturais apresentaram o mesmo comportamento: -44,32% entre 50/60; 69,57% entre 60/70; -4,51% em 70/75 e -11,60% entre 75/80. (Tabela 2)

A excessão verifica-se no período 75/80, quando as pastagens cultivadas apresentam um grande crescimento no Município: 132,38%, enquanto as pastagens naturais permanecem decrescentes: -11,60%.

Esse crescimento pode ser explicado pelo desenvolvimento das lavouras temporárias de arroz, trigo e soja sobre áreas de pecuária, em virtude dos solos férteis e favoráveis à mecanização. Por consequência, a pecuária, por perder parte da área a ela destinada, necessitou racionalizar sua produção, fornecendo alimentação ao rebanho através do plantio de pastagens.

Analisando-se o plantel bovino no período 1939-56, nota-se que ele se caracteriza pelo fato de atingir o apogeu do seu modelo histórico de desenvolvimento. Esse fato pode ser comprovado pelo predomínio das pastagens naturais, tanto no Estado quanto no Município. (BEZZI, 1985)

Nesse período ocorrem, na pecuária gaúcha, dois fenômenos diversos: a perda definitiva do mercado do charque e o aumento crescente no valor da produção da lã.

No período seguinte, de 1956-68, a agricultura gaúcha entra em crise devido à modificação do padrão econômico, substituindo-se o modelo de importações pelo modelo centrado em bens de consumo duráveis.

Segundo BEZZI (1985:55):

"A pecuária tradicional, por representar sempre um refúgio econômico nos períodos de crise da agricultura, obteve nesse momento uma ascensão, embora pouco significativa."

No decênio 50/60, o número de bovinos tem um crescimento de 2,24% no Estado, motivado sobretudo pelos preços estimulantes, uma vez que, nesse período, se registra, segundo a FEE (1978:94), o maior preço real do novilho em pé. (Tabela 6)

Entretanto, no mesmo decênio, a pecuária em Uruguaiana sofre um decréscimo de 8,44%, acompanhando a crise geral que afeta a economia rio-grandense. (Tabela 6)

No terceiro momento (1968-80), com o padrão agro-exportador, a pecuária passou a exercer a função de fornecedora de carnes ao mercado interno e externo.

No decênio 60/70, houve o maior crescimento dos períodos analisados: 39,67% no Estado e 17,78% no Município. (Tabela 6)

Entretanto, o fechamento do mercado externo à carne gaúcha, ocorrido em 1973, dificultou sobremaneira as exportações da pecuária. Por essa razão, os produtores estaduais procuraram nivelar os preços internos com os preços praticados no exterior, o que acarretou o aumento da concorrência com os produtores da Região Centro-Oeste. Desse modo, a retração do mercado externo e a concorrência interna levaram os pecuaristas a buscar outra alternativa, que se baseou na cessão do uso da terra para o arrendamento, pois é nesse momento que a lavoura empresarial expande-se na área da Campanha Gaúcha.

Observando-se a Tabela 6, nota-se que o número de bovinos aumentou, no quinquênio 70/75, 3,14% no Estado e

TABELA 6 - Bovinos e ovinos - Rio Grande do Sul e Uruguaiiana - 1940-80.

Unidade	Ano	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Uruguaiiana	Bovinos	340 080	337 547	309 068	364 029	389 538	415 781
	Ovinos	575 571	778 380	1 117 305	1 406 669	1 271 501	1 041 040
RS	Bovinos	7 460 705	8 617 587	8 810 312	12 305 119	12 692 127	13 985 911
	Ovinos	5 190 831	7 249 214	8 393 446	12 157 357	11 361 709	10 696 237

FONTE: FIBGE. Censos Econômicos de 1940 e 1950, Censo Agrícola de 1960 e Censos Agropecuários de 1970, 1975 e 1980.

7,01% no Município, crescimento esse bastante inferior ao verificado no período anterior. Entre 75/80, o crescimento foi de 10,19% no Estado e 6,74% no Município.

No Rio Grande do Sul, em 1940, havia um total de 18.024,317ha. Destes, 14.184,613ha eram ocupados com pastagens, e o rebanho bovino perfazia um total de 7.460.705 cabeças, o que corresponde a uma relação rês/ha de 0,52. Em 1980, essa relação aumentou, pois, de um total de 22.065.163ha, 13.302.315ha eram ocupados com pastagens, e o número de bovinos correspondia a 13.985.911 cabeças, com uma relação rês/ha de 1,05. (Tabelas 1 e 6)

Em Uruguaiiana, em 1940, o total de hectares era de 482.973. Desses, 459.004ha eram ocupados com pastagens e o número de bovinos era de 340.000 cabeças, com uma relação rês/ha de 0,74. Em 1980, de um total de 601.663ha, 507.988ha eram ocupados com pastagens, e o rebanho bovino perfazia um total de 415.781 cabeças, o que corresponde a uma relação rês/ha de 0,82 (Tabelas 2 a 6).

Desse modo, podemos notar que, tanto no Estado como no Município, aumentou o número de rês/ha. Esse fato deve-se à expansão da lavoura empresarial de arroz, trigo e soja sobre áreas de uso exclusivo da pecuária tradicional, fazendo com que o rebanho perdesse espaço. Desse modo, em virtude da redução da área destinada à pecuária, o pecuarista é forçado a utilizar-se de técnicas que permitam atenuar essa perda. Uma das opções mais seguras foi a substituição das pastagens naturais pelas pastagens plantadas, o que favoreceu a melhoria da alimentação do gado. Além disso, o rodízio das pastagens e o uso das restevas, das razões alimentares, vacinas e outros medicamentos contribuíram para a melhoria do rebanho e para a racionalização da criação, adequando-se, assim, duas atividades distintas sob um mesmo espaço físico.

Também desenvolve-se, no Estado e no Município, a criação de ovinos, com o objetivo de comercialização da lã nos mercados nacionais e internacionais. Outro subproduto da ovinocultura é a carne, utilizada, principalmente, na alimentação do homem do campo.

Analisando-se a Tabela 6, nota-se, também, que a ovinocultura apresenta-se com um ritmo decrescente a partir de 70. No Estado, entre 70/75, decresceu 6,54% e, entre 75/80, 5,86%. No Município, entre 70/75, decresceu 9,61% e, entre 75/80, 18,12%.

Esse decréscimo deve-se sobretudo à oscilação do preço da lã após 1970, devido aos produtos sintéticos que diminuem o mercado desse produto e, também, pelo fato de não ser a carne ovina tão expressiva na dieta alimentar quanto a carne bovina.

Observando-se o comportamento da organização da terra, com lavouras e pastagens, nota-se o predomínio dessa última modalidade, o que demonstra o caráter pecuarista da MRH-321 - Campanha Gaúcha no Rio Grande do Sul.

Quanto à organização da terra com matas, tanto no Estado como no Município predominam as matas naturais. Essas vêm sofrendo decréscimos em virtude do avanço das lavouras no Estado. (Tabelas 1 e 2)

As matas naturais no Rio Grande do Sul apresentam, na década 50/60, um decréscimo de 1,78%; entre 60/70, o decréscimo é de 16,25%; no quinquênio 70/75, é de 7,12% e, no quinquênio seguinte, ocorre um decréscimo de 0,98%. Em Uruguaiana, as matas naturais apresentam um crescimento, no período 50/60, de 40,29%; no período 60/70, decresce 30,95%; entre 70/75, o decréscimo foi de 13,60%; no quinquênio 75/80, voltam a crescer 11,67%.

Com referência às matas plantadas, o Estado apresentou sempre um ritmo crescente: 35,68% no período 50/60; 4,80% no período 60/70; 40,78% no quinquênio 70/75 e 33,43% no quinquênio 75,80. No Município, o comportamento alternou-se entre acréscimos e decréscimos. No período 50/60, aumentou em 97,90%; em 60/70, decresceu 35,95%; no período 70/75, voltou a apresentar um crescimento de 68,21% e, no quinquênio seguinte, decresceu em 27,98%.

A constante oscilação de acréscimos e decréscimos das matas, tanto naturais como plantadas, deve-se aos sucessivos avanços das lavouras, com, paralelamente, a ação governamental de preservação da flora e as políticas de reflorestamento, desenvolvidas pelo IBDF, atual IBAMA.

A evolução das terras irrigadas mostra o desenvolvimento dessa prática após 60, uma vez que os dados censitários não a apresentam em datas anteriores, embora já estivessem presentes no campo.

No Estado, a área de terras irrigadas apresentou contínuos acréscimos correspondentes a 53,45%, entre 60/70; 16,74%, entre 70/75, e 32,78%, entre 75/80. (Tabela 1)

No Município, houve um decréscimo de 24,80%, entre 60/70; após esse período, o crescimento foi sempre positivo: 71,66%, entre 70/75, e 83,34%, entre 75/80. (Tabela 2)

Nota-se que, após 70, o aumento das terras irrigadas em Uruguaiana foi muito superior ao verificado no Estado. Esse fato relaciona-se com o desenvolvimento da lavoura rizícola no Município, uma vez que tal cultura está diretamente ligada à prática da irrigação e consorciada à pecuária.

O crescimento da irrigação, que motivou o aumento da produtividade, deve-se à crescente importância da rizicultura gaúcha no cenário nacional e municipal. (BEZZI, 1985)

A irrigação também favoreceu a estabilidade da lavoura, independentemente de fatores climáticos, pois a construção de açudes e barragens, ou seja, os grandes armazenamentos de água proporcionaram resistência às secas.

Conforme BESKOW (1986:138):

"A irrigação das lavouras compreende o sistema mecânico, natural e misto, valendo-se o mecânico da utilização de motores a explosão, a óleo diesel, motores elétricos e locomóveis a lenha para o recalque d'água proveniente de lagoas, rios e arroios e o natural efetuando o espalhamento d'água nos açudes por gravidade."

Apesar da irrigação maciça, os episódios de estiagens, no Município, ainda atingem a lavoura, provocando a quebra da safra e redução da área de plantio. Em 1989, "a seca obrigou os produtores de Uruguaiana a reduzir a área de plantio de 85.000ha para 77.400ha. Além disso, os arroteiros tiveram que abandonar cerca de 31.000ha por falta de água para irrigação, colhendo somente 46.400ha." (CORREJO DO POVO, Caderno Rural, 11/07/89, p.10).

No Rio Grande do Sul, a água destinada à irrigação provém, sobretudo, dos açudes, pois, segundo BESKOW (1986:138):

"No período 1944/45 - 1976/77, a participação dos açudes na área irrigada cresceu de 27,0 para 44,0%, em detrimento dos rios e arroios que caíram de 39,0 para 20,1% e de 23,2 para 13,1%, respectivamente."

BESKOW (1986:138) salienta ainda que:

"O crescimento da participação dos açudes como mananciais d'água para irrigação do arroz está associado à alta lucratividade da lavoura de arroz no Rio Grande do Sul, razão pela qual se torna possível a construção de açudes pelos arrendatários capitalistas em terras alheias usadas temporariamente..."

Dessa forma, a irrigação é efetuada através de três sistemas: mecânico, gravitacional e misto.

Segundo MORENO (1972:48):

"A irrigação mecânica é a predominante com 278.100ha em 1965, enquanto a irrigação por gravidade, desde açudes, abrangia 88.151ha no mesmo ano. Também existem lavouras com irrigação mista, ou seja, aquelas que se valem tanto da irrigação mecânica, quanto gravitacional."

Portanto, com a contribuição das águas dos rios e açudes, foi possível o desenvolvimento da irrigação em Uruguaiana e no Rio Grande do Sul e, conseqüentemente, da lavoura arrozeira, o que acarretou profundas modificações na paisagem rural original da Campanha Gaúcha.

Com base nas análises sobre a organização da terra no Rio Grande do Sul e em Uruguaiana, ressaltar-se-á a importância dos produtos que contribuíram para o processo de despecuarização espacial nesse Município. Cabe destacar, também, as áreas de pecuária, de lavouras e os produtos de destaque na agricultura, de acordo com os períodos analisados.

A análise do período 40/50 não foi possível em virtude da inexistência de dados referentes à área dos produtos, nos Censos Econômicos de 1940 (IBGE). Dessa forma, a análise inicia-se em 1950. (Tabela 2)

Em 1950, a área com pastagens era de 517.250ha, e a

de lavouras, 8.137ha, enquanto, em 1960, a área com pastagens era de 345.260ha, e a de lavouras, 13.828ha. Nesse período, nota-se o desenvolvimento expressivo das lavouras (69,93%). Por outro lado, a área com pastagens decresceu substancialmente (44,06%). Esse fato evidencia o desenvolvimento das lavouras sobre áreas de pecuária, e infere-se que os produtos que contribuíram para esse processo, nesse período, foram o arroz e o trigo.

Em 1970, a área ocupada com pastagens era de 587.729ha, e a de lavouras, 22.050ha. Observa-se que, nesse período (60/70), a área ocupada com pastagens apresenta um crescimento de 70,23%. Esse desempenho poderá ser entendido quando verificarmos que, por ser esse um período de crise econômica, a agricultura, apoiada no padrão agro-exportador, substituiu as áreas de policultura e incorporou as áreas de criatório às lavouras empresariais que se desenvolveram a partir desse período.

O produto que, em 60/70, apresenta maior área plantada continua sendo o arroz (17.788ha). O trigo reduz sua área cultivada em 72,56%, e a soja começa a aparecer no cenário agrícola em Uruguaiana. (Tabela 3)

Em 1975, a área com pastagens diminuiu para 558.745ha, e a de lavouras aumentou para 43.379ha. Nesse quinquênio, os produtos que contribuíram para a despecuarização espacial foram o arroz, com 34.060ha, e o binômio trigo/soja com, respectivamente, 2.517ha e 2.226ha de área. Nota-se que a área ocupada com o cultivo do trigo, no inverno, é praticamente a mesma que a ocupada com a soja no verão.

Em 1980, a área abrangida pelas pastagens decresceu, perfazendo um total de 507.988ha, e a de lavouras aumentou para 73.323ha. Os produtos que proporcionaram a despecuarização foram a soja, com 8.474ha, e o arroz, que, apresentando crescimentos significativos, atingiu, no final do quinquênio, um total de 55.772ha. Esse último produto, devido a sua representatividade na agricultura municipal, lidera o processo de despecuarização espacial de Uruguaiana. (Tabela 3)

Nota-se que a representatividade da lavoura empre-

sarial, na área total explorada, é bastante inferior à área destinada ao pastoreio (Tabela 2). Entretanto, essa representatividade vem aumentando continuamente, através dos períodos analisados, forçando a retração da área destinada à pecuária, ou seja, promovendo o processo de despecuarização espacial.

Dessa forma, através dos dados obtidos, podemos considerar que, apesar do domínio da pecuária nas atividades primárias do Município, Uruguaiana, pelas suas lavouras de arroz, trigo/soja, também passa a ser caracterizada como os demais municípios da Campanha Gaúcha, nos quais se evidencia o processo de rearranjo espacial (despecuarização espacial).

ESTRUTURA FUNDIÁRIA E ARRENDAMENTO

Esta análise baseou-se na estratificação fundiária proposta nos censos econômicos, agrícolas e agropecuários da FIBGE, para o período de 1940 a 1980.

Para se efetuar a comparação da estrutura fundiária do Município com a do Estado, utilizou-se a estratificação proposta por GUIMARÃES (1981), subdividindo-se as propriedades em: pequena propriedade camponesa do Brasil, de 0 a 100ha, englobando os camponeses pobres (menos de 20ha), médios (20 até 50ha) e remediados (de 50 a 100ha); propriedade capitalista típica, que abrange os estabelecimentos de 100 até o limite de 500ha; e o grupo de propriedades latifundiárias, de área igual ou superior a 500ha.

No Rio Grande do Sul, distinguem-se três subsistemas fundiários: as regiões de pequenas propriedades (policultoras), as grandes propriedades (pecuária) e as regiões predominantemente de lavouras empresariais (arroz, trigo e soja).

Uruguaiana apresenta os três subsistemas citados acima, porém, devido aos processos históricos de ocupação e exploração econômica da região, predominam, no Município, as grandes propriedades pecuaristas e as lavouras empresariais.

Desse modo, analisando-se a distribuição dos estratos de área no Estado, nota-se que, na década de 40/50, aumentou a participação relativa dos pequenos estabelecimentos, passando o número de estabelecimentos de 80,37% em 40, para 90,34% em 50 e, de 25,86% da área em 40, para 28,54% em 50. O estrato de 20-50ha foi o que apresentou maior percentagem tanto em relação ao número de estabelecimentos, com 37,97% e 36,88%, quando em área, com 12,76% e 14,07% em 40 e 50, respectivamente. (Tabela 7)

Esse fato demonstra o processo de "minifundização" dos estabelecimentos rurais do Rio Grande do Sul, motivado pela partição das propriedades agrícolas.

Em Uruguaiana, a participação dos pequenos estabelecimentos é inferior à do Estado. Sua evolução mostra um decréscimo na participação relativa tanto em número como em área, apresentando 47,64% em 40 e 36,34% em 50, e 2,72% em 40 e 1,98% em 50, respectivamente. O estrato de 20-50ha é o que apresenta maior participação relativa ao número de estabelecimentos, com 12,74% em 40 e 14,52% em 50; quanto à área, o estrato de maior participação relativa é o de 50-100ha, com 1,44% em 40 e 1,13% em 50. (Tabela 8)

Nesse período (40/50), verifica-se a ascensão da triticultura gaúcha, ainda em moldes coloniais, motivada pelo apoio governamental de incremento à produção de bens de primeira necessidade, a fim de garantir a oferta do produto no mercado nacional.

Nessa década, o arroz também já se destacava como cultura tipicamente empresarial, razão pela qual as médias propriedades, onde essa cultura se desenvolve, mantêm seu percentual praticamente constante, enquanto as grandes têm sua participação relativa reduzida em número de estabelecimentos no Rio Grande do Sul, diminuindo, de 3,2% em 40, para 2,6% em 50; o mesmo ocorre em relação à área, que passou, de 53,84% em 40, para 52,01% em 50. (Tabelas 7 e 8)

No Município, nota-se o crescimento das médias e grandes propriedades, principalmente em número de estabelecimentos. Esse aumento na participação relativa deve-se ao processo de concentração fundiária nos estratos supe-

TABELA 7 - Percentagem do número e área dos estabelecimentos, por grupo de área - Rio Grande do Sul - 1940-80.

Grupo de área	1940		1950		1960		1970		1975		1980		
	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	
0-	1ha	0,06	0,00	0,23	0,00	0,47	0,01	1,23	0,03	1,18	0,01	1,67	0,04
1-	2ha	0,45	0,00	0,77	0,01	1,39	0,03	3,15	0,09	2,40	0,06	2,81	0,07
2-	5ha	5,06	0,19	4,85	0,20	8,95	0,51	12,40	0,84	11,02	0,70	11,40	0,72
5-	10ha	10,66	0,83	10,79	0,99	15,56	1,88	17,80	2,65	18,00	2,47	18,01	2,48
10-	20ha	22,91	3,60	27,22	4,92	29,04	6,94	28,06	8,25	28,03	7,67	27,73	7,56
20-	50ha	37,97	12,76	36,88	14,07	28,89	15,26	26,15	17,45	25,60	14,98	24,38	14,18
50-	100ha	11,26	8,48	9,60	8,35	7,39	8,81	5,90	8,60	6,55	8,80	6,45	8,61
100-	200ha	4,82	7,55	4,04	7,25	3,18	7,54	2,80	8,40	3,13	8,58	3,23	8,79
200-	500ha	3,61	12,75	3,02	12,20	2,31	12,42	2,13	14,15	2,34	14,42	2,44	14,92
500-	1000ha	1,67	13,18	1,35	12,28	0,98	11,93	0,80	12,60	1,00	13,50	1,01	13,78
1000-	2000ha	1,10	18,67	0,74	13,35	0,43	12,33	0,40	12,20	0,50	13,14	0,49	13,23
2000-	5000ha	0,31	11,77	0,40	15,58	0,25	12,93	0,20	11,90	0,20	11,53	0,20	11,19
5000-	10000ha	0,10	7,30	0,09	7,29	0,05	5,19	0,02	3,30	0,04	3,32	0,02	3,03
10000-	100000ha	0,02	2,92	0,02	3,51	0,01	3,64	0,01	1,50	0,01	0,82	0,00	1,44
100000 e +	ha	-	-	-	-	0,00	0,58	-	-	-	-	-	-

FONTE: FIBGE. Censos Econômicos 1940 e 1950, Censo Agrícola 1960 e Censos Agropecuários 1970, 1975 e 1980.

- = dados inexistentes.

TABELA 8 - Percentagem do número e área dos estabelecimentos, por grupo de área - Uruguaiana - 1940-80.

Grupo de área	1940		1950		1960		1970		1975		1980		
	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	
0-	1ha	0,59	0,00	0,10	0,00	0,19	0,00	1,94	0,00	2,00	0,00	2,93	0,00
1-	2ha	1,37	0,00	0,33	0,00	1,26	0,00	1,29	0,00	2,00	0,02	1,54	0,00
2-	5ha	4,22	0,03	1,85	0,01	2,72	0,00	3,38	0,02	4,15	0,03	3,81	0,03
5-	10ha	8,33	0,12	3,27	0,03	5,93	0,06	5,47	0,08	6,23	0,09	3,95	0,06
10-	20ha	10,59	0,30	5,79	0,12	6,90	0,16	7,63	0,23	8,09	0,24	7,03	0,20
20-	50ha	12,74	0,83	14,52	0,69	13,41	0,72	13,31	0,96	12,68	0,89	12,52	0,90
50-	100ha	9,80	1,44	10,48	1,13	14,65	1,85	14,10	2,21	13,61	2,25	11,71	1,82
100-	200ha	10,00	2,99	11,03	2,24	13,13	3,16	11,87	3,74	11,53	3,64	13,18	4,08
200-	500ha	16,18	10,66	18,88	8,22	12,93	7,06	16,33	11,41	14,97	10,48	18,60	13,32
500-	1000ha	12,84	18,47	14,08	14,21	10,89	12,90	9,28	14,31	10,31	15,47	11,79	17,82
1000-	2000ha	8,92	26,63	10,37	20,15	10,02	22,64	7,70	22,95	6,88	20,24	7,17	21,89
2000-	5000ha	3,53	25,34	7,20	31,13	6,42	31,81	4,32	26,99	5,23	32,39	4,46	27,47
5000-	10000ha	0,88	13,18	1,75	16,74	1,26	14,32	1,31	12,36	1,53	14,36	1,31	12,40
10000-	100000ha	-	-	0,33	5,31	0,29	5,32	0,07	4,72	-	-	-	-
100000 e +	ha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: FIBGE. Censos Econômicos de 1940 e 1950, Censo Agrícola de 1960 e Censos Agropecuários de 1970, 1975 e 1980.

- = dados inexistentes.

riores. Quanto às médias propriedades, aumentaram a participação no número de estabelecimentos, de 26,18% em 40, para 29,91% em 50; todavia, a área ocupada nessa década diminuiu, de 13,65% em 40, para 10,46% em 50, pois, nesse período, a lavoura empresarial ainda não havia penetrado no Município, e os médios estabelecimentos contribuíram para a concentração da grande propriedade, uma vez que, na referida década, a atividade agrícola mais desenvolvida era a pecuária, exercida, sobretudo, nos estratos superiores. (Tabela 8)

Na década de 50, os pequenos estabelecimentos apresentam um crescimento em relação à década anterior, com 92,69% em número e 33,44% em área, no Rio Grande do Sul. Esse crescimento constante dos pequenos estabelecimentos continua até o início de 70, com 94,79% e 37,91%, respectivamente. (Tabela 7)

Por outro lado, no Município, a participação relativa desses estratos apresenta-se constante, em torno de 3,0% da área, entre 60 e 80. Nota-se, entretanto, que, apesar de a área dos pequenos estabelecimentos apresentar uma participação muito pequena, esse subsistema (pequenos estabelecimentos) supera em número as outras classes de área (médios e grandes estabelecimentos), apresentando 45,06% em 60; 47,12% em 70, diminuindo significativamente em 80 para 43,49%, em favor dos médios e grandes estabelecimentos. (Tabela 8)

A partir de 60, nota-se, tanto no Estado como no Município, um crescimento significativo dos médios estabelecimentos. No Rio Grande do Sul, em relação à área, a participação relativa passou, de 19,96% em 60, para 22,55% em 70, e 23,71% em 80. Quanto ao número, diminuiu, de 5,49% em 60, para 4,93% em 70, voltando a crescer para 5,67% em 80 (Tabelas 7 e 8)

No Município, o crescimento dos médios estabelecimentos, motivado pelo avanço da lavoura empresarial, foi mais significativo que no Estado, aumentando, de 10,22% da área total em 60, para 15,15% em 70, o que correspondeu a um crescimento de 48,23%. Em 80, a participação relativa à área aumentou para 17,4% em 80, correspondendo a

um aumento de 14,85% entre 70 e 80, enquanto no Estado o crescimento percentual foi de 12,97% entre 60 e 70, e 5,14% entre 70 e 80. (Tabelas 7 e 8)

Quanto ao número de estabelecimentos, Uruguaiana apresentou ritmos constantes de crescimento dos estratos médios, passando, de 26,06% em 60, para 28,2% em 70, e 31,78% em 80. O crescimento percentual foi de 8,21% entre 60/70, e 12,69% entre 70/80, enquanto o Estado apresentou um decréscimo de 10,2% entre 60/70, e um crescimento de 15,01% entre 70/80.

Considerando os estratos dos grandes estabelecimentos no Rio Grande do Sul, nota-se que houve um crescimento negativo no número de estabelecimentos, no período 60/70, de 1,72% para 1,43%, respectivamente, o que corresponde a uma variação de 16,86%. Esse movimento desconcentrador deve-se à participação das grandes e médias propriedades em favor dos pequenos estabelecimentos. Esse quadro reverte-se em 80, quando os grandes estabelecimentos voltam a sofrer um aumento na participação, passando para 1,74% e refletindo um crescimento positivo de 21,68% no período 70/80. Em relação à área, a variação é semelhante, diminuindo, de 46,6% em 60, para 41,5% em 70, e 42,67% em 80, o que evidencia um crescimento negativo de 10,94% entre 60/70, e um crescimento positivo de 2,82% entre 70/80. (Tabela 7)

No Município, a área dos grandes estabelecimentos denota um crescimento negativo da participação relativa após 60, passando, de 86,99%, para 81,33% em 60 e 70, respectivamente, o que confere uma variação de -6,51% nesse período. Em 80, a percentagem desse estrato, no total da área, foi de 79,58%, apresentando, conseqüentemente, um crescimento negativo de 2,15%. (Tabela 8)

Quanto ao número de estabelecimentos, ocorreu uma diminuição de 16,86% na participação relativa dos grandes estabelecimentos entre 60/70, passando, de 1,72%, para 1,43%, respectivamente. Entre 70/80, o crescimento foi positivo: 21,68%, apresentando em 80 um percentual de 1,74%. (Tabela 8)

Essa diminuição na participação relativa, tanto em

número como em área, relaciona-se com a cedência de terras da grande propriedade pecuarista em favor dos médios estabelecimentos, onde se deu o domínio da lavoura empresarial, ocorrido principalmente após 1960, quando emerge, no Município, a lavoura rizícola alicerçada no arrendamento e na parceria.

Essa introdução da lavoura empresarial em áreas pecuaristas deve-se, segundo a FEE (1978:37), ao fato de que:

"... considerando que a lavoura empresarial necessita de terras com características adequadas para a sua produção, e que uma significativa parcela dessas terras se distribui por regiões onde predomina o latifúndio pastoril, pode-se deduzir que os estabelecimentos ocupados sob o regime de arrendamento são, em grande parte, propriedades de pecuaristas, e que as principais lavouras cultivadas em áreas arrendadas pertencem ao segmento mais moderno da agricultura gaúcha."

O arrendamento de terras da pecuária tradicional não enfraqueceu esse segmento da agricultura gaúcha, ao contrário, contribuiu para fortalecê-lo, uma vez que os pecuaristas tiveram mais opções de aumentar a renda no setor.

Conforme a FEE (1978:30):

"O poder de resistência da pecuária tradicional advém do monopólio da terra, que permite ao fazendeiro jogar um duplo papel: como produtor, procurando colocar sua produção nos mercados interno e externo, e como proprietário, oferecendo parcial ou integralmente sua terra para arrendamento."

Desse modo, analisando-se a condição legal das terras, nota-se que, no Estado, verificou-se o crescimento das áreas arrendadas correspondentes a 20,93% no decênio 50/60, enquanto o número de estabelecimentos arrendados elevou-se para 181,83%. No decênio seguinte, o crescimento da área arrendada correspondeu a 17,03%, e o número de estabelecimentos aumentou em 92,87%. Durante o quinquênio 70/75, houve um decréscimo tanto da área arrendada quanto do número de estabelecimentos, apresentando 21,10% e 27,43%, respectivamente. No quinquênio 75/80, a área arrendada apresentou um crescimento de 14,27%, e o número de

estabelecimentos, 10,35%.(Tabela 9)

Em Uruguaiana, na década de 50/60, a área arrendada apresentou um crescimento de 2,96%, e o número de estabelecimentos decresceu em 6,64%. No decênio 60/70, a área arrendada decresceu em 13,51%, enquanto o número de estabelecimentos apresentou um crescimento positivo de 49,37%. No quinquênio 70/75, houve um decréscimo, tanto na área arrendada quanto no número de estabelecimentos, correspondentes a 12,95% e 11,76%, respectivamente. No quinquênio seguinte, o ritmo de crescimento das terras arrendadas foi de 16,04% para a área, e 6,98% para o número de estabelecimentos.(Tabela 9)

Por outro lado, as terras próprias apresentam, no Estado, um crescimento, no número de estabelecimentos, de 22,28% no decênio 50/60, e um decréscimo da área, de 6,15%. No decênio seguinte, o crescimento se verifica no número de estabelecimentos: 25,15% e na área: 5,10%. No quinquênio 70/75, a área própria sofre um incremento de 2,44%, enquanto o número de estabelecimentos decresce em 5,08%. No quinquênio 75/80, decresce tanto a área das terras próprias como o número de estabelecimentos, apresentando respectivamente, 3,81% e 4,43%.(Tabela 9)

Uruguaiana apresentou crescimento do número de estabelecimentos em todos os períodos analisados, sendo: 26,69% em 50/60; 2,52% em 60/70; 10,71% em 70/75 e 2,09% em 75/80. No que diz respeito à área, ela apresentou decréscimos de 4,86% em 50/60 e 10,16% em 60/70. A partir desse período, o crescimento foi de 7,98% em 70/75 e 13,53% em 75/80.(Tabela 9)

Como a lavoura empresarial expande-se sobre as áreas de pecuária tradicional, transferindo para o grande proprietário parte do excedente gerado sob a forma de renda da terra, ela acaba, desse modo, contribuindo para o fortalecimento da figura do grande proprietário e, assim, intensificando o processo de concentração da propriedade.

Conforme BEZZI (1985:130):

"... levando em conta que cada fração arrendada dos grandes estabelecimentos pode constituir-se em um estabelecimento agrícola menor, e que as mais

TABELA 9 - Condição legal das terras do Rio Grande do Sul e Uruguaiiana - 1940/80.

Ano	Próprias		Arrendadas	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
1940	-	-	-	-
1950	532	372 991	256	122 236
1960	674	354 866	239	125 854
1970	691	318 816	357	108 824
1975	765	344 271	315	94 728
1980	781	390 843	337	109 921
1940	-	-	-	-
1950	227 340	16 434 021	16 005	2 166 097
1960	277 994	15 422 403	45 107	2 619 563
1970	347 920	16 209 672	86 997	3 065 809
1975	330 247	16 605 775	63 130	2 418 798
1980	315 615	15 973 350	69 663	2 763 989

FONTE: FIBGE. Censos Econômicos de 1940/50, Censo Agrícola 1960 e Censos Agropecuários de 1970, 1975 e 1980.

- = dados inexistentes.

elevadas percentagens de áreas exploradas sob a forma de arrendamento são encontradas em regiões onde predomina o latifúndio, pode-se inferir que a diminuição do tamanho médio dos grandes estabelecimentos na atualidade não significa que seus proprietários estejam perdendo o monopólio da propriedade da terra."

Desse modo, a lavoura empresarial, ao se expandir, não acarreta modificações intensas na estrutura fundiária, apenas contribui para a reorganização da estrutura de uso da terra.

Segundo COSTA (1988:59):

"Embora os atuais contratos de arrendamento exijam a devolução da terra devidamente plantada com pastagens, é muitos pecuaristas se apropriem da infra-estrutura para também se dedicarem à rizicultura, o processo é lento e não têm ocorrido modificações substanciais na base fundiária regional, dominada ainda pela grande propriedade de pecuária extensiva."

Esse fenômeno pode também ser comprovado ao analisarmos a condição do responsável, na qual se nota a predominância do proprietário sobre as demais categorias, tanto no Rio Grande do Sul como em Uruguaiiana. (Tabelas 10 e 11)

Salienta-se que, no decênio 60/70, no Estado, o número de estabelecimentos cujo responsável é arrendatário decresceu em 17,66%, e a área em 8,41%. Já Uruguaiiana apresentou um decréscimo, em área, de 14,75%, ao passo que o número de estabelecimentos aumentou em 109,41%. Esse crescimento deve-se à expansão da lavoura rizícola sobre a grande propriedade alicerçada no arrendamento, principalmente durante a década de 60. (Tabelas 10 e 11)

A partir de 70, a condição do responsável permaneceu praticamente constante.

O fato de a lavoura empresarial ceder parte do lucro para o proprietário acarretou profundas modificações na forma de produção, pois, para pagar o arrendamento, foi necessário o aumento da produtividade. Esse fato é comprovado pela FEE (1978:87):

"O pagamento do arrendamento divide o excedente econômico do empresário rural, e, em vista disso,

TABELA 10 - Condição do responsável - Rio Grande do Sul . 1940-80.

Unidades	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Proprietário	E = 174 653 A = 13 631 362	229 138 15 280 945	287 057 15 239 271	378 558 19 793 480	370 386 20 575 546	369 819 20 592 350
Administrador	E = 12 831 A = 3 502 148	7 233 3 913 924	6 889 3 094 929	15 334 4 870 028	7 831 3 114 405	10 611 3 828 580
Arrendatário	E = 26 699 A = 2 936 278	16 010 2 121 128	46 098 2 669 193	37 956 2 444 780	23 205 1 826 555	29 354 2 118 410
Ocupante	E = 15 352 A = 337 778	34 349 753 270	40 157 665 270	45 232 893 368	36 579 636 597	33 833 649 764
Parceiro	E = - A = -	- -	- -	50 557 675 552	41 512 625 095	42 280 697 086

Fonte: FIBGE. Censos Econômicos de 1940 e 1950, Censo Agrícola de 1960 e Censos Agropecuários de 1970, 1975 e 1980.

E = estabelecimento

A = área

- dados inexistentes.

TABELA 11 - Condições do responsável - Uruguaiana, 1940-80.

Unidades	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Proprietário	E ^{*1} = 477 A ^{*2} = 214 983	507 226 106	621 303 814	898 521 250	963 542 0.5	940 523 008
Administrador	E = 255 A = 188 575	138 275 453	136 197 032	370 329 218	218 236 663	235 212 565
Arrendatário	E = 277 A = 102 126	254 117 839	170 126 024	356 107 434	311 94 799	307 103 554
Ocupante	E = 1 A = -	17 2 356	11 295	128 15 057	115 10 227	78 5 322
Parceiro	E = - A = -	- -	- -	8 2 022	7 1 199	41 9 355

Fonte: FIBGE. Censos Econômicos de 1940 e 1950, Censo Agrícola de 1960 e Censos Agropecuários de 1970, 1975 e 1980.

*1 E = estabelecimento

*2 A = área.

- = dados inexistentes.

para obter pelo menos a taxa de lucro médio do setor, ele será compelido a usar a terra intensivamente. Para obtê-la há necessidade de aumento de produtividade, o qual tem origem no emprego de tecnologia mecânica, química e biológica."

Portanto, o avanço da lavoura empresarial nas terras da Campanha não afetou substancialmente a estrutura fundiária, mas contribuiu para a alteração do modo de produção, devido à introdução de técnicas modernas em uma área originalmente de pecuária tradicional, desencadeando, assim, o processo de despecuarização espacial no Rio Grande do Sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da lavoura empresarial sobre áreas de pecuária deve-se, sobretudo, ao fechamento da fronteira agrícola a partir de 1940, no Estado. (FEE, 1975)

Havia indisponibilidade de terras para apropriação, mas as formas de uso ainda não se haviam esgotado, pois os grandes latifúndios pastoris, com inúmeros hectares aptos à prática agrícola, encontravam-se, freqüentemente, inaproveitados.

Devido a essa subutilização do latifúndio e ao desenvolvimento da lavoura empresarial motivado pelo modelo econômico agroexportador, houve a expansão da agricultura sobre áreas da pecuária tradicional, as quais se constituíram em fronteiras de expansão de culturas capitalistas.

Estabeleceu-se, desse modo, a união entre os agricultores e pecuaristas. Os primeiros eram os detentores do capital necessário à efetivação da produção agrícola e do elevado investimento que ela representa, ou, então, possuíam relativa facilidade de acesso aos créditos agrícolas. Os pecuaristas, por sua vez, como tinham a posse jurídica da terra, podiam usá-la como um bem mercantil, cedendo espaços disponíveis ou subutilizados em favor da lavoura empresarial, através de arrendamento e/ou parceria.

Desta forma, infere-se que, tanto na totalidade do

Rio Grande do Sul como apenas em Uruguaiana, o avanço da agricultura capitalista não gerou grandes transformações na estrutura fundiária, ocorrendo somente uma reorganização no sistema de uso da terra.

Em vista do exposto, pode-se constatar que o processo de despecuarização espacial em Uruguaiana deve-se, principalmente, aos seguintes fatores:

- a facilidade de acesso aos terrenos férteis e propícios à mecanização por parte dos agricultores capitalistas, mediante arrendamento e parceria;
- a busca de diversificação da produção com vistas a maiores alternativas por parte do proprietário da terra frente às instabilidades climáticas;
- o aumento da produtividade do arroz, trigo e soja no Município, durante o chamado "Milagre Brasileiro", o que contribuiu para a expansão da lavoura empresarial, e
- a falta de incentivos governamentais à pecuária, forçando o criador a encontrar outras formas de lucro, como o arrendamento de terras à agricultura.

Cabe ressaltar que, a partir de 1960, houve maior demanda de terras para arrendar em Uruguaiana. Esse fato demonstra que aquele ano marca o início do processo de despecuarização espacial no Município. Salienta-se, entretanto, que a agricultura capitalista já se fazia presente em períodos anteriores, no cultivo do arroz, desde 1940. Posteriormente, o binômio trigo/soja veio reforçar o desenvolvimento desse segmento produtivo moderno e, conseqüentemente, a despecuarização espacial.

A importância espacial e econômica do processo de despecuarização está alicerçada na lavoura empresarial, embasada no uso intensivo de máquinas e insumos modernos, inovações que promovem a modernização da agricultura e a conseqüente expansão do capitalismo no Município.

Por outro lado, a modernização da agricultura deveu-se, também, aos créditos e subsídios governamentais, alicerçados em políticas econômicas de cunho nacional.

Considera-se que, apesar de a pecuária ceder espaços à lavoura empresarial, isso não acarretou diminuição

do efetivo bovino na área, pois, para mantê-lo houve a necessidade de modernizar esse segmento através de métodos como: cultivo de pastagens, utilização das restevias, uso de rações, medicamentos, vacinas, inseminação artificial, entre outros. Assim, pôde-se constatar a existência de tratamento tecnológico no criatório da pecuária tradicional e extensiva, em direção ao que se denomina de bovinocultura moderna, e que marca o processo de reorganização de determinados elementos do meio rural, provocadores das alterações verificadas na área em estudo.

Desse modo, a pecuária extensiva, ao reduzir seu espaço, libera terras para a lavoura empresarial, o que comprova que a despecuarização é, antes de tudo, espacial, ou seja, diminuiu o espaço, sem reduzir o plantel bovino.

Constatou-se, também, que o setor primário de Uruguaiiana está alicerçado em dois segmentos: a pecuária tradicional e a lavoura empresarial. Esse último é o setor de maior dinamismo na economia rural do Município, em virtude dos crescimentos na área ocupada.

Os produtos da agricultura capitalista cultivados no Município, responsáveis pelo novo rearranjo espacial, são: arroz, trigo e soja. Devido ao desempenho verificado na produção e na área utilizada pelo arroz, infere-se que seja esse o produto que está liderando o processo de despecuarização espacial no Município.

As alterações espaciais observadas indicam que as transformações no uso da terra são conjunturais, pois ocorrem apenas no comportamento das atividades e em suas relações. Mostram, também, uma modernização conservadora em toda a Campanha Gaúcha, uma vez que permitem a existência de uma estrutura rural de propriedade intocável, mesmo frente às mudanças nas atividades de uso.

BIBLIOGRAFIA

ALBRECHT, A.H.; MIORIN, V.M.F. & BEZZI, M.L. Um estudo sobre elementos formadores das unidades espaciais regionais: exercícios práticos 1. Geografia: Ensino &

Pesquisa, Santa Maria, UFSM, (3):162-175, 1989.

A ORIGEM DA LAVOURA ORIZÍCOLA EM URUGUAIANA. Lavoura ar-rozeira, Porto Alegre, 379(41):3, Mai/Jun., 1988.

ARROZ: URUGUAIANA PERDE A LIDERANÇA. Correio do Povo, Porto Alegre, 11 jul, 1989. (Caderno Rural, p.10).

BESKOW, P.R. O arrendamento capitalista na agricultura: evolução e situação atual da economia do arroz no Rio Grande do Sul. São Paulo, HUCITEC, 1986.

BEZZI, M.L. São Borja - transformações no espaço agro-pecuário: o processo de despecuarização. Rio Claro, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, 1986, 222 p. (Mest. Org. do Esp.) IGCE - UNESP.

COSTA, R.H. da. RS: latifúndio e identidade regional. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988, 98 p. (Série Documenta, 25).

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. A agricultura do Rio Grande do Sul. 25 anos de Economia Gaúcha. Porto Alegre, FEE, 1978, 3v.

GUIMARÃES, A.P. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, 255 p.

MOREIRA, I.A.G. & COSTA, R.H. da. Espaço e sociedade no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982, 110 p. (Série Revisão, 10).

MORENO, J.A. Uso da terra - vegetação original e atual do Rio Grande do Sul. Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul, Secretaria da Agricultura, Ano 17, (15): 45-51, Jan./Dez., 1972.

MULLER FILHO, I.L. Notas para o estudo da geomorfologia do Rio Grande do Sul, Brasil. Publicação Especial nº 1, Imprensa Universitária - UFSM, 1970.

PEBAYLE, R. A rizicultura irrigada no Rio Grande do Sul, Boletim Geográfico do RGS, Porto Alegre, ano 16, (14): 4-11, 1971.